

DESENVOLVIMENTO LOCAL E O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL - APLs

Edson Roberto Manfré¹

ORCID 0000-0001-8092-3953

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente – SP
E-mail: edson.manfre@fatec.sp.gov.br

Eduardo Nardez²

ORCID 0000-0002-1886-9439

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente – SP
E-mail: edu_nardez@hotmail.com

Resumo

A busca de melhores condições de vida, da vontade coletiva, da identificação das potencialidades em suas localidades, das características, da capacidade de cada região e mantendo os recursos naturais, culturais e históricos, contribuindo para o desenvolvimento local. Objetivo de promover uma abordagem do desenvolvimento local segundo diferentes perspectivas e sobre os arranjos produtivos locais APLs. De caráter descritivo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica de artigos, livros, revistas e teses, abordam as teorias de desenvolvimento local, numa abordagem qualitativa. O Estado Nacional não consegue cumprir com suas funções básicas, onde identificamos como paradigma de desenvolvimento exógeno e *top-down*. No paradigma do desenvolvimento endógeno e *bottom-up*, o desenvolvimento local se liberta das políticas nacionais, buscando na sua potencialidade sua capacidade de desenvolvimento. Suas principais abordagens são, a nova teoria do crescimento, o distrito industrial, o *milieu innovateur* (ambiente Inovador), o *cluster* (agrupamento econômico), a abordagem do capital social e os termos indústria criativa e economia criativa. Gerando experiências com o arranjo produtivo local (APL), a indicação geográfica, o planejamento estratégico de cidades, ou o planejamento estratégico urbano e *city marketing*. São Paulo apresenta APLs espalhado pelo território, com distintas atividades econômicas como calçados (Franca, Birigui e Jaú) e software (Presidente Prudente).

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais APLs. Desenvolvimento Endógeno. Desenvolvimento Exógeno. Desenvolvimento Local.

LOCAL DEVELOPMENT AND THE LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT - APLs

Abstract

The search for better living conditions, collective will, identification of potentialities in their localities, characteristics, capacity of each region and maintaining natural, cultural and historical resources, contributing to local development. Aim to promote a local development approach from different perspectives and on the local productive arrangements APLs. With a descriptive character, carried out through a bibliographical research of articles, books, magazines and theses, they approach theories of local development, in a qualitative approach. The National State can not fulfill its basic

functions, where we identify as a paradigm of exogenous and top-down development. In the paradigm of endogenous and bottom-up development, local development is liberated from national policies, seeking in its potentiality its capacity for development. Its main approaches are, the new growth theory, the industrial district, the milieu innovateur (innovative environment), the cluster (economic grouping), the social capital approach and the terms creative industry and creative economy. Generating experiences with local productive arrangement (APL), geographical indication, strategic city planning, or urban strategic planning and city marketing. São Paulo presents APLs spread throughout the territory, with different economic activities such as footwear (Franca, Birigui and Jaú) and software (Presidente Prudente).

Key words: Local Productive Arrangements APLs; Endogenous Development; Exogenous Development; Local Development.

DÉVELOPPEMENT LOCAL ET AGENCEMENT DE PRODUCTION LOCAL - APLs

Résumé

La recherche de meilleures conditions de vie, la volonté collective, l'identification des potentialités dans leurs localités, les caractéristiques, la capacité de chaque région et la préservation des ressources naturelles, culturelles et historiques, contribuant au développement local. L'objectif de promouvoir une approche de développement local sur les différents angles et sur les APLs des arrangements productifs locaux. De caractère descriptif, mené à travers une recherche bibliographique d'articles, de livres, de revues et de thèses, aborde les théories du développement local de manière qualitative. L'État National ne peut pas remplir ses fonctions de base, que nous identifions comme un paradigme de développement exogène et descendant. Dans le paradigme du développement endogène et de la base au sommet, le développement local se libère des politiques nationales, cherchant dans sa potentialité, sa capacité de développement. Ses principales approches sont la nouvelle théorie de la croissance, le district industriel, le milieu innovateur, le cluster (regroupement économique), l'approche du capital social et les termes industrie créative et économie créative. Générer des expériences avec l'arrangement productif local (APL), l'indication géographique, la planification stratégique des villes ou la planification stratégique urbaine et de marketing urbain. São Paulo a des APLs répartis sur tout le territoire, avec de différentes activités économiques telles que la chaussure (Franca, Birigui et Jaú) et le logiciel (Presidente Prudente).

Mots-clés: Arrangements Productifs Locaux APLs. Développement endogène. Développement exogène. Développement local.

Introdução

A busca pelo desenvolvimento local se faz num primeiro momento da necessidade em mudanças, seja ela qual for, independentemente do seu território, região ou localidade, e necessita de vários esforços da comunidade para se alcançar os objetivos propostos.

Com as transformações ocorridas nos níveis nacionais e globais, se faz necessário uma reestruturação da economia, dando liberdade aos municípios e consequentemente cobrando responsabilidades como agente do desenvolvimento. A competitividade entre os municípios passa a ser mais constante com oferecimentos de serviços básicos sociais à

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v. 06, p. 96-112, mês Nov. Ano 2019.

ISSN: 1984-1647

população, procurando realizar serviços que sejam diferenciais na hora de captação de capital privado.

Prioridade, planejamento e gestão do governo municipal, valorizando-se através da infraestrutura urbana, na busca de novos investimentos e atraindo instalações de empreendimentos com novas atividades econômicas. Estudos mostram condições de mudança no desenvolvimento local pelos municípios, as mudanças de suas realidades com iniciativas diversas e com resultados comprovados.

A partir do paradigma do desenvolvimento endógeno e *bottom-up* (baixo para cima), o desenvolvimento local se liberta das políticas nacionais, os municípios dentro das suas especificidades buscando na sua potencialidade sua capacidade de desenvolvimento.

A partir do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais no fim dos anos 1990, começou a considerar formas de atuação do Estado e de atores para um desenvolvimento local, com objetivo de articular o direcionamento de recursos e programas oriundos de diferentes ministérios para os territórios com o intuito de transplantar e incentivar a capacidade especializada dos arranjos.

Este artigo é descritivo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica de artigos, livros, revistas e teses, que abordam as teorias de desenvolvimento, sob enfoque local, numa abordagem qualitativa.

O artigo tem por objetivo promover uma abordagem do desenvolvimento local segundo diferentes perspectivas e sobre os arranjos produtivos locais APLs.

O artigo divide-se em quatro seções, incluindo está. A seção 2 trata sobre o desenvolvimento Local, seus conceitos, as principais abordagens do desenvolvimento endógeno e as experiências práticas voltadas à promoção do desenvolvimento. A seção 3 traz os Arranjos Produtivos Locais APLs, seus conceitos, quais são e suas aglomerações no estado de São Paulo. Finalmente, na seção 4, as considerações finais.

Desenvolvimento Local

A busca pelo desenvolvimento local se faz num primeiro momento da necessidade em mudanças, seja ela qual for, independentemente do seu território, região ou localidade, e necessita de vários esforços da comunidade para se alcançar os objetivos propostos. Segundo Oliveira; Silva; Lovato (2014, p. 113)

Pode-se definir o desenvolvimento local como sendo o conjunto de diversas dinâmicas que se relacionam (social, econômica, política e

cultural), atuantes em um território demarcado por características próprias que induzem mudanças qualitativas naquela estrutura.

A necessidade de mudança em sua estrutura, suas especificidades e um conjunto de dinâmica entre os relacionamentos sociais, econômicos, políticos e culturais, almejando o desenvolvimento local. Para Oliveira; Silva; Lovato (2014, p. 113)

O que se observa é que para se iniciar o desenvolvimento local é necessária uma vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, buscar identificar as potencialidades existentes nessas localidades e em muitos casos, idealizar a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando o aproveitamento da capacidade econômica de cada região, sem com isso mudar ou perder as suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, o que pode ser, ainda, mais um fator que contribui indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local.

A procura de melhores condições de vida através da vontade coletiva, da identificação das potencialidades em suas localidades, das características, da capacidade de cada região e mantendo os recursos naturais, culturais e históricos, contribuindo para o desenvolvimento local. São necessárias nas cidades e regiões novas atividades urbanas e novas forças de trabalho, cada uma com suas especificidades, dá se início ao processo de transformações necessárias à sobrevivência, pertencendo nesse período ao processo de desenvolvimento exógeno, ou seja, de cima para baixo.

Para Ultramari e Duarte (2011, p. 24) a partir das “mudanças macroeconômicas internacionais e a constituição de mercado em escala global têm impactado, nas últimas décadas, as economias locais e regionais, enfraquecendo o papel dos estados e estimulando processos de descentralização”. O Estado Nacional não consegue cumprir com suas funções básicas, onde identificamos como paradigma de desenvolvimento exógeno e *top-down* (cima para baixo). Com está mudança de cenário Ultramari e Duarte (2011, p. 24-25) nos afirma:

O poder local (no caso do Brasil, o município), viu suas atribuições e responsabilidades alteradas, exigindo que este passasse a atuar como agente do desenvolvimento. Em outras palavras: podemos afirmar que, agora o município – por questões internacionais, como a globalização e devido ao fato de a Constituição Federal de 1988 tê-lo dotado de maior autonomia para questões internas -, é considerado capaz de transformar positivamente as suas sociedades.

Com as transformações ocorridas nos níveis nacionais e globais, se faz necessário uma reestruturação da economia, dando liberdade aos municípios e consequentemente cobrando responsabilidades como agente do desenvolvimento. Segundo Ultramari e Duarte

(2011, p. 26) “paralelamente a esse repasse entre instâncias de governo – do mais central para o mais local –, de forma ainda ostensiva, há um repasse de novas responsabilidades à sociedade civil, a qual deve se organizar e resolver seus próprios problemas”. Além do aumento das responsabilidades dos municípios, exige-se uma união dos cidadãos civis, mesmo com objetivos diferentes, através de organizações de associações e outras organizações profissionais. Nos complementam Ultramari e Duarte (2011, p. 26), “a competitividade passa a ser proeminente, mais do que nunca cabe ao município a responsabilidade de atrair investimento para o interior de seu território”.

A competitividade entre os municípios passa a ser mais constante com oferecimentos de serviços básicos sociais à população, procurando realizar serviços que sejam diferenciais na hora de captação de capital privado. Os autores complementam que:

Atrair investimentos para o interior do território municipal torna-se, pois, prioridade. Com isso, é importante que você perceba que o governo municipal passa a ser visto como viabilizador local de instalação e do sucesso de novos empreendimentos, por meio de fornecimento de infraestrutura urbana e de subsídios para a instalação de novas atividades econômicas. (ULTRAMARI; DUARTE, 2011, p. 26)

Prioridade, planejamento e gestão do governo municipal, valorizando-se através da infraestrutura urbana, na busca de novos investimentos e atraindo instalações de empreendimentos com novas atividades econômicas. Segundo Ultramari e Duarte (2011, p. 28)

A discussão teórica a respeito das reais capacidades de o nível local mudar realidades, na prática temos assistido a iniciativas diversas, concretas, singulares e com resultados comprovados. Esse é o caso de diversas prefeituras em todo o Brasil, as quais têm buscado nos recursos locais uma solução para aquilo que parecia poder ser alterado apenas com mudanças estruturais da sociedade e de seus governos estaduais e federal.

Estudos mostram condições de mudança no desenvolvimento local pelos municípios, as mudanças de suas realidades com iniciativas diversas e com resultados comprovados. Uma iniciativa que trouxe soluções para melhorias estruturais que não recebiam dos governos. Com esta mudança de realidade surge para Bellingieri (2017, p. 15)

o

Paradigma do desenvolvimento endógeno, segundo o qual o desenvolvimento não seria determinado pelo funcionamento das livres forças do mercado ou pelas políticas de planejamento territorial oriundas do poder central, mas, sim, por aspectos intrínsecos ao local, ao território,

e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global.

A partir do paradigma do desenvolvimento endógeno e *bottom-up* (baixo para cima), o desenvolvimento local se liberta das políticas nacionais, os municípios dentro das suas especificidades buscando na sua potencialidade sua capacidade de desenvolvimento.

As principais abordagens do desenvolvimento endógeno se desdobram, segundo Bellingieri (2017), em a nova teoria do crescimento, o distrito industrial, o *milieu innovateur* (ambiente Inovador), o *cluster* (agrupamento econômico), a abordagem do capital social e os termos indústria criativa e economia criativa. Na nova teoria do crescimento de acordo com Bellingieri (2017, p. 18, apud KRUGMAN, 1992), “uma concentração geográfica surge da interação entre os rendimentos crescentes, os custos com transportes e a demanda, necessitam de uma concentração geográfica”. A preocupação com a demanda e os custos são fundamentais, necessitando de uma concentração geográfica. Para Bellingieri (2017, p. 18, apud KRUGMAN, 1992, p. 20)

Se as economias de escala são suficientemente grandes, cada fabricante prefere abastecer o mercado nacional a partir de um único local. Para minimizar os custos de transporte, elege uma posição espacial que permita contar com uma demanda local grande. Mas a demanda local será grande, precisamente na área onde a maioria dos fabricantes elegem situar-se. Deste modo existe um argumento circular que tende a manter a existência do Cinturão Industrial uma vez que este tenha sido criado.

As aglomerações econômicas, sempre ocorrerão, principalmente com os altos custos de transporte e conseqüentemente o aumento da demanda. O que está ocorrendo uma descentralização dos armazéns das grandes indústrias dos grandes centros para áreas regionais dependendo das suas especificidades. No distrito industrial segundo Bellingieri (2017, p. 18, apud PIORE; SABEL, 1984)

Representa uma “evolução” em relação ao modelo de produção tradicional fordista, pois supõe um aglomerado de pequenas e médias empresas, funcionando de maneira flexível e estreitamente integradas entre si e o ambiente social e cultural, alimentando-se de intensas economias externas formais e informais.

Formados para receber plantas industriais, os espaços são previamente preparados para receber pequenas e médias empresas em seus espaços preparados previamente, cada uma com um ramo de atividade diferente, interagindo ou não entre elas. Para Bellingieri (2017, p. 19), o *milieu innovateur* (ambiente inovador) confere

Papel determinante e certa autonomia às inovações tecnológicas. Uma região pode estar orientada tanto para as vantagens adquiridas quanto para a renovação ou para a criação de recursos, e as que optam pelas vantagens adquiridas, ou dadas, estarão candidatando-se ao declínio econômico, enquanto as que optam pelas conquistas de novas vantagens estarão mais próximas do sucesso ou da sobrevivência.

A capacidade de se envolverem com o que está acontecendo no mercado e no ambiente tecnológico sairão em vantagem conseguindo evoluir e conseqüentemente transformar o seu ambiente. O *cluster* (agrupamento econômico), segundo Bellingieri (2017, p. 19, apud AMARAL FILHO, 2001), “é uma espécie de síntese das duas abordagens anteriores, mais abrangente não apenas porque incorpora aspectos destas abordagens, mas porque não fica restrito às pequenas e às médias empresas”. Através de agrupamentos econômicos existe a possibilidade de redução de custos e conseqüentemente aumenta no poder de compra e da melhora na competitividade com os concorrentes. Ainda segundo Bellingieri (2017, p. 19, apud AMARAL FILHO, 2001, p. 276), “a ideia central é formar uma indústria-chave, ou indústrias-chaves, numa determinada região, transformá-las em líderes de seu mercado, se possível internacionalmente, e fazer dessas indústrias a ponta de lança do desenvolvimento dessa região”. A transformação de indústrias-chaves inclusive internacionalmente são ajudas determinantes no desenvolvimento desta região, conseqüentemente com o local.

A abordagem do capital social preconiza segundo Bellingieri (2017, p. 20, apud DURSTON, 2000), como

Fatores de desenvolvimento os valores éticos, a capacidade de associação, o grau de confiança e a consciência cívica dos indivíduos de uma sociedade, constituindo-se num recurso (ou via de acesso a recursos) que, em combinação com outros fatores, permite lograr benefícios para os que o possuem, sendo que esta forma específica de capital se fundamenta nas relações sociais.

Geram grandes benefícios quando os indivíduos através de seus valores se unem em prol das suas relações sociais, se associando em busca de recursos para o desenvolvimento de sua região ou do seu local. E, segundo Bellingieri (2017, p. 21, apud PUTNAM, 2002, p. 192), “para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano [...]”. Não se consegue desenvolvimento econômico sem capital social, passando a ser primordial em algumas circunstâncias na relação entre capital físico ou humano. Os termos indústria criativa e economia criativa definida Bellingieri (2017, p. 21, apud REIS, 2017, p. *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v. 06, p. 96-112, mês Nov. Ano 2019.*

3), “o paradigma da cidade criativa, como uma cidade capaz de transformar continuamente sua estrutura socioeconômica, com base na criatividade de seus habitantes e em uma aliança entre suas singularidades culturais e suas vocações econômicas”. Quanto de potencial econômico se consegue com a criatividade humana e quais setores podem ser impactados, trazendo desenvolvimento no espaço urbano, conquistando novos talentos nas vocações econômicas.

Para Bellingieri (2017, p. 22) “no Brasil, o prestígio do desenvolvimento endógeno abriu caminho para uma série de políticas, estratégias e experiências práticas voltadas à promoção do desenvolvimento, em regiões e cidades”. Algumas dessas experiências alcançadas podemos analisar algumas delas, que são o arranjo produtivo local (APL), a indicação geográfica, o planejamento estratégico de cidades, ou o planejamento estratégico urbano e *city marketing*. O arranjo produtivo local (APL), que segundo Bellingieri (2017, p. 22, apud CASSIOLATO; LASTRES, 2003), pode ser definido como “[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes”. Uma das experiências dentro do desenvolvimento local, com vínculos simples dentro de um conjunto de atividades de bens, serviços finais e fornecedoras de equipamentos e outras. A indicação geográfica, segundo Bellingieri (2017, p. 22) que “implica a obtenção de um selo de Denominação de Origem para os produtos agrícolas ou alimentos fabricados localmente, objetivando agregar valor à produção local, tornando a região competitiva e articulada com os circuitos do comércio”. Tornando a região competitiva e agregando valores a produção local, trazendo mais competitividade, através das produções agrícolas ou alimentícias.

O planejamento estratégico de cidades, ou planejamento estratégico urbano, definido por Bellingieri (2017, p. 22, apud LOPES, 1998) “como um plano de ação, formulado a partir do consenso e do compromisso de atores públicos e privados, definindo projetos tangíveis e intangíveis”. Com planejamento e estratégias a partir do comprometimento dos setores públicos e privados os projetos definidos podem ser executáveis. E segundo Bellingieri (2017, p. 22-23, apud DURIGUETTO, 2007, p. 5) como “similar aos ensinamentos das ações estratégicas nas empresas, as cidades são concebidas como atores econômicos que encontram na lógica do mercado o modelo de planejamento e execução de suas ações”. As ações com base nas empresas possibilitam estratégias de planejamentos tornando possíveis pelas cidades encontrar sua lógica nos atores econômicos. O *city marketing* que, segundo Bellingieri (2017, p. 23, apud DUARTE; ULTRAMARI; CZAJKOWKI, 2008) “por meio de conceitos e estratégias de *marketing* semelhantes aos da *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v. 06, p. 96-112, mês Nov. Ano 2019.*
ISSN: 1984-1647

iniciativa privada, visa a posicionar a cidade frente à ‘concorrência’ com as demais cidades, valorizando sua imagem aos olhos de seus moradores e, especialmente, dos investidores externos”. Com o desenvolvimento local cabe a cada cidade se colocar a frente das demais buscando valorização e se posicionando na frente das demais, por meio da conquista de novos investidores, principalmente os externos.

Segundo Ultramari e Duarte (2011, p. 31) “você precisa atentar, também, para o fato de que a defesa contemporânea do desenvolvimento local não deve ignorar a dimensão global, reconhecendo interesses externos ao espaço menor trabalhado”. Quaisquer que sejam as oportunidades tanto no mercado nacional, como no global devem ser aproveitadas em busca de se potencializar recursos e melhores condições do desenvolvimento local.

Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Nos anos de 1950 a 1960 a indústria mundial e o sistema dominante foram por um longo período, apoiado nas atividades pesadas, ligadas ao petróleo, à siderurgia, à química de base. Localizadas nas zonas industrial-portuária em grande, estabelecimentos. No decorrer dos anos 1970 a 1980, as indústrias eletrônicas se destacaram com suas localizações nos níveis superiores da hierarquia urbana. Mas por volta de 1973 os modelos fordistas e keynesiano foram substituídos pelo modelo de acumulação flexível, devido a sua rigidez com os investimentos de capital fixo e por apresentarem uma capacidade de excedente inutilizável com as mercadorias. Isso fez que ocorresse o surgimento do sistema flexível, que priorizará empresas com capacidade de produzir em séries curtas com mudanças rápidas de produto e modelos. Isso propiciou para o desenvolvimento das PME (pequenas e médias empresa).

No Brasil as aglomerações produtivas das PME, das décadas de 1980-1990. O surgimento das PME deu por fatores de esgotamento do crescimento econômico sobre orientação do Estado e de grandes empresas como multinacionais; a crise no mercado de trabalho com demissões das indústrias; e o crescimento da cultura empreendedora. Dentro deste contexto das PME, trabalha o conceito das APLs (Arranjos Produtivos Locais). Segundo Cardoso

O Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (CARDOSO, 2014, p. 7)

Apresenta-se a formação de economias de aglomeração, por possuírem benefícios como, proximidade dos agentes, sendo elas matéria prima, equipamentos, mão de obra etc. Essas aglomerações de empresas ampliam suas oportunidades de sobrevivência e ampliação da instituição, constituindo-se uma essencial fonte indutora de vantagens competitivas. Dessa maneira, Conforme Costa (2010, p. 127) “um APL pode ser entendida como um grupo de agentes “orquestrados” por um grau de institucionalização explícito ou implícito ao aglomerado que buscam como finalidade, harmonia, interação e cooperação”. Vale ressaltar o termo APL refere à aglomeração de quaisquer atividades podendo pertencer ao setor primário, secundário e terciário no espaço, não importando o tamanho das empresas, variando desde estruturas artesanais com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as empresas e produtos com elevado conteúdo tecnológico.

A partir do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais no fim dos anos 1990, começou a considerar formas de atuação do Estado e de atores (empreendedores, agentes e instituições) para um desenvolvimento territorial, com objetivo de articular o direcionamento de recursos e programas oriundos de diferentes ministérios para os territórios com o intuito de transplantar e incentivar a capacidade especializada dos arranjos. Devido ao seu potencial e geração de competitividade de fazerem do espaço em que atuam um ambiente inovador.

Nos anos 2000 o governo federal, com o Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Invenção 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, junto a isso cria a coordenação de apoio a APLs, sobre responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com propósito de estimular a criação de núcleos estaduais gestores das ações de APLs em cada um dos estados da federação, com iniciativas privadas e organismos nacionais de representação empresarial. Criaram-se diversas ações voltadas para o desenvolvimento territorial passassem a ser organizadas com base do crescimento das APLs. Em todo o país, viu surgir iniciativas públicas do governo federal, dos estados e municípios, além de órgãos privados como atuação de bancos, nos quais reconheceram as vantagens dos arranjos produtivos locais, possibilitando, créditos para essas empresas.

A partir de 2007, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), apresentou um papel importante para o crescimento das APLs, formando convênios com parceiros estratégicos – Sebrae, Banco do Brasil, e governos de estados. Essas políticas voltadas para a escala local dão pela importância da quantidade de pequenos negócios e seu papel para contratação de trabalhadores, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas e Empresas Sebrae, (2012, apud CARDOSO, 2014) “os mais de 8,7 milhões de pequenos

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v. 06, p. 96-112, mês Nov. Ano 2019.

ISSN: 1984-1647

negócios brasileiros representam 98,1% de todas as empresas e respondem por 57,1 dos postos de trabalhos formais”. A dimensão geográfica do país faz mostra um desenvolvimento econômico e social desigual, devido ao sistema capitalista que apresenta uma natureza polimórfica, seguindo diversas vias e estilo de desenvolvimento. Essas políticas públicas procuram reunir atores de diferentes portes, setores e funções, com estruturas, dinâmicas, abrangência, intensidade tecnológica e trajetórias produtivas e inovativas distintas. Essas características de cada região têm como intermédio o BNDES para captar as diferentes dimensões territoriais e as condições próprias a cada contexto e contemplar as APLs, atividades e regiões geralmente invisíveis das agendas políticas. Segundo Lastres, et. al. (2016, p. 11)

O apoio ao entorno de empreendimentos estruturantes, além de diminuir os impactos negativos comumente gerados por vultosos investimentos, visa fundamentalmente ampliar e enraizar o impulso dado ao desenvolvimento, mediante estímulo ao adensamento de APLs, agregação de valor aos bens e serviços produzidos localmente e comprometimento das grandes e médias empresas com o desenvolvimento integrado local”. (LASTRES, et. al. 2016, p. 11)

Essa ampla interlocução, busca formular uma agenda pautada para o desenvolvimento territorial que originará segundo Lastres, et. al. (2016, p. 11) “investimentos necessários em: planejamento territorial e ambiental; infraestrutura urbana, social, ambiental e cultural; modernização da gestão pública, educação e capacitação, com envolvimento dos sistemas de conhecimento local e regionais”. Todos os fatores apresentados na escala local são essenciais, pois atraem e incentivam novas empresas e empreendedores a investirem em competitividade, como circunstância para sua permanência. Essa atração de novas empresas, junto com o incentivo de empreendedores locais, faz com que tenha uma participação na geração de novos movimentos empresariais, além de novas atividades econômicas relacionadas com o arranjo produtivo. Os arranjos passam a interessar aos bancos, que querem conhecer melhor o setor e o seus empresários, acarretando o aumento das operações financeiras. Além do surgimento de núcleos de educação profissional e aprimoramento técnico pelas empresas, que irão ter o intuito de investir em novos produtos.

As APLs levam a um desenvolvimento territorial que será importante, pois traz arrecadação para o município, um aumento nos números de empregos gerados e acaba tornando-se uma mola propulsora para a cidade, atraindo cada vez mais, novas empresas. Essas empresas econômicas que surgem acabam sendo relacionadas com a especialização da APL. Os arranjos mais desenvolvidos vão ter uma presença de inovação e tecnologia que

fortalecem a competitividade frente à ocorrência em um mundo cada vez mais globalizado, esses territórios que possuem APLs desenvolvidas possuirão ensinos voltados para a especialidade do local, conforme Cardoso

Verifica-se a presença de centros de pesquisa e instituições de ensino superior com propostas específicas para o arranjo, contribuindo de forma mais eficaz para o desenvolvimento de novas tecnologias, processos e produtos. As empresas apresentam-se mais competitivas e atuam em outros níveis de mercado (regional, nacional e internacional). Há, também, implementação de iniciativas de *marketing* territorial. (CARDOSO, 2014, p. 17)

O mercado competitivo vai ter um produto já identificado como uma característica sociocultural do local como são as cidades de Holambra (flores), Birigui (calçados infantis), Franca (calçados masculinos) etc. As empresas irão apresentar mais competitividade e atuaram em outras escalas (regional, nacional e internacional).

No estado de São Paulo, as APLs são coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado com a participação do Sebrae-SP, Fiesp e Secretaria de Economia e Planejamento. O estado apresenta uma diversidade produtiva, espalhado pelo território, com distintas atividades econômicas como a de calçados (Franca, Birigui e Jaú), Têxtil/Confecção (Americana), software (Presidente Prudente) e flores (Holambra) entre outros. Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, “o programa de APLs do estado de São Paulo reconhece 38 APLs e 25 aglomerados produtivos distribuídos em mais de 120 municípios, sendo que 14 fazem parte de um projeto executado com recursos financiados pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID)”. Os aglomerados são diferenciados pelo governo de São Paulo a partir do estabelecimento de governança local, ou seja, APLs são aglomerações com governança estabelecida e o aglomerado produtivo não apresenta organização na forma de governança.

Quadro 1 – Relação dos APLs do estado de São Paulo

| Lista de APLs | |
|-------------------------|--|
| APL | SETOR |
| Alta Mogiana (Franca) | Cafés Espaciais |
| Americana | Têxtil e Confecções |
| Baixada Santista | Serviços Logísticos |
| Birigui | Calçados Infantis |
| Bragança Paulista | Ferramentaria |
| Cafelândia | Produtos Pet |
| Cerquilo/ Tietê | Confecções Infantis |
| Cunha | Cerâmica Artísticas |
| Diadema | Cosméticos |
| Franca | Calçados Masculinos |
| Gde ABC | Defesa |
| Gde ABC | Ferramentaria |
| Gde ABC | Metal-mecânico |
| Gde ABC | Transformados Plásticos |
| Gde ABC | Têxtil e Confecções |
| Holambra | Flores |
| Ibitinga | Bordados de cama, mesa e banho |
| Itapeva | Agroindústria |
| Itapeva | Madeira |
| Itú | Cerâmica Vermelha |
| Jaú | Calçados Femininos |
| Jundiaí | Vinicultura |
| Marília | Tecnologia da Informação |
| Limeira | Semi-joia |
| Mariporã | Eventos |
| Mirassol | Móveis |
| Panorama | Cerâmica Vermelha |
| Pedreira | Cerâmica Branca |
| Piracicaba | Cadeia do Etanol |
| Porto Ferreira | Cerâmica Artísticas |
| R M de São Paulo | Móveis |
| Ribeirão Preto | Cervejas |
| Ribeirão Preto | Equip. médicos-odontológicos |
| Ribeirão Preto | Software |
| Santa Cruz do Rio Pardo | Couro e Calçados |
| Santa Getrudes | Cerâmica |
| São José do Rio Preto | Jóias |
| São José do Rio Preto | Tecnologia da Informação e Comunicação |
| São Jose dos Campos | Aeroespacial |
| São Jose dos Campos | Tecnologia da Informação e Comunicação |
| São Paulo | Games |
| Sertãozinho | Metal-mecânico |
| Tabatinga | Artefato têxteis/ Bichos de Pelúcia |
| Tambáú | Cerâmica Vermelha |
| Tatuí | Cerâmica Vermelha |
| Urupês | Jeans |
| Vale do Paraíba | Leite |
| Vale do Paraíba | Mel |
| Vargem Gde do Sul | Cerâmica Vermelha |

Fonte: Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Quadro 2 – Relação das aglomerações do estado de São Paulo

| Lista de Aglomerados | |
|---|-------------------------------|
| AGLOMERADOS | SETOR |
| Amparo | Confecções de Bebê |
| Auriflama | Confecções moda íntima |
| Bastos | Mel |
| Batatais | Transformadores de Aço-Inox |
| Campinas | Tecnologia da Informação |
| Descalvado | Mel |
| Garça | Eleto-eletrônico de segurança |
| Itatiba | Móveis |
| Jales | Frutas |
| Laranjal Paulista | Brinquedos |
| Marília | Alimentos |
| Mira Estrela | Pisicultura |
| Novo Horizonte | Confecções Infantis |
| RM de São Paulo | Calçados e Artefatos de couro |
| RM de São Paulo | Equip. Médico-odontológico |
| RM de São Paulo | Jóias |
| RM de São Paulo Brás Bom Retiro/Guarulhos | Confecções |
| Santos/S. Vicente/Guarujá/Bertioga | Moda Praia/Íntima |
| Santos/S. Vicente/Guarujá/Bertioga | Limão Tahiti |
| São Paulo - Zona Leste | Metais-sanitários |
| São Roque | Vinho |
| São Sebastião da Gramma | Café Fino |
| Socorro/Lindóia/Águas de Lindóia | Malhas |
| Tres Fronteiras | Pisicultura |

Fonte: Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo

Os programas do estado de São Paulo estão previstos, benefícios para aproximadamente 14,5 mil micros, pequenas e médias empresas, capaz de gerar mais de 350 mil postos de trabalhos vindos de APLs. O governo estadual busca junto com as instituições de apoio como Sebrae-SP e Fiesp a levar formação de mão de obra, centros de treinamento e núcleos de desenvolvimento de novos produtos. A Secretaria de Desenvolvimento e instituições parceiras, no ano de 2009 investiram mais de R\$ 6 milhões em programas vinculados aos APLs, para que sejam aplicadas em instalação de centrais de prestação de serviços, que oferecerá cursos de capacitação, consultorias estratégicas e suporte tecnológico aos empreendedores instalados nos APLs. No ano de 2010 a previsão foi de R\$ 4,5 milhões para aquisição de equipamentos e maquinários, treinamento e transferência de tecnologia, pequenos ajustes de infraestrutura e adaptação.

Portanto, os APL têm grande importância para o desenvolvimento local com objetivos de desenvolver as cadeias produtivas paulistas; aumentar competitividade das micros, pequenas e médias empresas; estimular o empreendimento, baseado na interação e cooperação; descentralizar o desenvolvimento produtivo para fortalecer a economia regional e fomentar projetos de desenvolvimento produtivos nos APLs paulistas. Os arranjos tornaram-se num forte fator de desenvolvimento local no Brasil, com capacidade de trazer arrecadação para os municípios e um aumento no número de empregos. Possuem uma capacidade de levar inovação e uma lógica da cooperação para estes sistemas produtivos, e possibilita uma atração de empresas que levará um incentivo de empreendedores locais a participarem da geração de renda.

Já o papel dos centros de pesquisa e instituições de ensino superior vão sendo voltadas para os arranjos, contribuindo para o desenvolvimento de novas tecnologias, além de um surgimento de atividades econômicas relacionadas com os arranjos produtivos que começam a surgir. Isso faz que as empresas se tornem mais competitivas e tenham a possibilidade de atuar em outras escalas de mercado.

Considerações Finais

Unindo a vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, identificando suas potencialidades existentes e idealizando a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando e aproveitando da capacidade econômica de cada região, não mudando ou perdendo suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, mais um fator que contribuirá indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local.

O Estado Nacional não consegue cumprir com suas funções básicas, onde tem impactado no enfraquecimento do mesmo, estimulando processos de descentralização.

São necessárias transformações ocorridas nos níveis nacionais e globais, com uma reestruturação da economia, dando liberdade aos municípios e consequentemente cobrando responsabilidades como agente do desenvolvimento.

Dentro do paradigma do desenvolvimento endógeno, o desenvolvimento será determinado pelos aspectos intrínsecos do local, do território, e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global. Suas principais abordagens são fatores primordiais no desenvolvimento endógeno, melhorando sua concentração geográfica, funcionamento das pequenas e médias empresas em aglomerados flexíveis, com inovações tecnológicas.

Desenvolvendo os valores éticos, sua capacidade de associação, o grau de confiança e a consciência cívica dos indivíduos de uma sociedade, constituindo-se num recurso em combinação com outros fatores, permite lograr benefícios para os que o possuem, sendo que esta forma específica de capital se fundamenta nas relações sociais.

Uma das experiências do desenvolvimento endógeno o arranjo produtivo local (APL), definindo as aglomerações de empresas do mesmo segmento industrial ou atividades econômicas, tornando forte expressão local e regional, com um amplo espaço a ser preenchido nesse imenso território brasileiro. Já existem uma ampla lista de APLs e seus aglomerados no estado de São Paulo, mesmo existindo alguns convênios e parceiros estratégicos por parte do governo federal são pouco divulgados.

Por ser uma experiência de desenvolvimento num país de desigualdades sociais e regionais, as mesmas são agravadas com a falta de regulamentação dos setores governamentais responsáveis, contribuindo assim com a falta de apoio para as iniciativas voltadas para o desenvolvimento econômico local.

REFERÊNCIAS

BELLINGIERI, Júlio Cesar. **Teorias do Desenvolvimento Regional e Local**: uma revisão bibliográfica. Salvador, v. 2, n. 37, ago. 2017. /disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4678/3228>> Acesso em: 01 dez. 2018.

BRASIL. Política de Desenvolvimento Produtivo. **Relatório Macrometas MDCI ABDI**. Disponível em: <<http://www.ipdmaq.org.br/Portal/Principal/Arquivos/Downloads/Documentos/DETI/PDP%20-%20Relat%C3%B3rio%20Macrometas%20MDCI%20ABDI.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Relatório de Gestão SEPIN 2010**. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/transparencia/arquivos/Relatorio-de-Gestao-SEPIN-2010.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2018

_____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Relatório Anual BNDES, 2007**. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/932/4/RA2007_final_BD.pdf> Acesso em: 11 dez. 2018

CARDOSO, Univaldo Coelho. **APL: arranjo produtivo local**. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília: Sebrae, 2014.

COSTA, Eduardo José Monteiro. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=58908ef0-c6ff-45f3-ac3f-91b2baf3e755&groupId=10157>. Acesso em: 11 dez. de 2018.

LASTRES, Helena M. M.; LEMOS, Cristina; KAPLAN, Eduardo; GARCEZ, Cristiane; MAGALHÃES. **O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais (APLs).** Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/images/Textos_Discussao_DIT/2016/2016_01.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Com apoio da SDECTI, Cajati é pioneira em projeto de Piscicultura.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/noticias/com-apoio-da-sdecticajati-e-pioneira-em-projeto-de-piscicultura>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Lista de APLS e Aglomerados.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/lista-de-apls>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Série Empreendimentos Coletivos. **APL Arranjo Produtivo Local.** Brasília: Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/\\$File/5197.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/$File/5197.pdf)>

ULTRAMARI, Clovis. DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional.** 2. ed. Curitiba: Ibplex. 2011.

Sobre os autores

Edson Manfré

Possui Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior, graduação em Gestão Financeira pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2009). Atualmente é professor ensino superior da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE, nas disciplinas de Contabilidade Gerencial, Captação de Eventos e Recursos e Trabalho de Graduação I no Curso de Tecnologia em Eventos e nas disciplinas Negócios Internacionais e Projeto Interdisciplinar - Planejamento de Marketing no Curso de Tecnologia em Gestão Empresarial e gerente contábil e financeiro - L H M MANFRE, gerente administrativo e contábil - S. M. MANFRE ME e Tem experiência na área de Administração e Contábeis, com ênfase em Administração de Empresas, atuando principalmente nos seguintes temas: excell, educação financeira, básico, avançado e objetivos estratégicos.

Eduardo Nardez

. Graduando em Geografia sob orientação do professor Eliseu Savério Sposito. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana.

Como citar esse artigo

MANFRÉ, E; NARDEZ, E. Desenvolvimento local e o arranjo produtivo local – APLs. **Revista Geografia em Atos** (Geoatos online), v. 13, n. 06, p. 96-112, 2019.

Recebido em: 01/02/2019

Aceito em: 24/08/2019

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v. 06, p. 96-112, mês Nov. Ano 2019.

ISSN: 1984-1647